



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
E DO EMPREGO

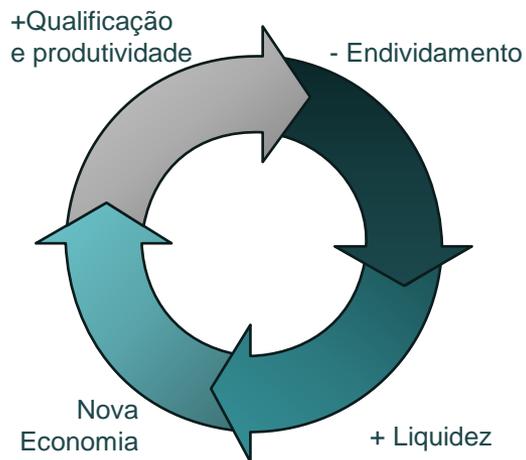
Orçamento de Estado 2012

Discussão na AR

Prioridades de actuação em 2012

Para 2012, o MEE define 4 grandes pilares de intervenção expressos no

OE 2012



- Endividamento

1. Assegurar a sustentabilidade do sector dos transportes: Transportes público de passageiros; Infra-estruturas Rodoviárias, Ferroviário, Marítimo-portuário, Aéreo, Logística.
2. Reestruturação do Ministério

+ Liquidez

1. Execução de fundos comunitários com impacto no curto prazo
2. Melhorar o apoio ao financiamento de empresas
3. Implementar o programa de apoio à revitalização de empresas, intervindo ao nível do processo de insolvência e recuperação de empresas
4. Proceder à reprogramação estratégica do QREN compatibilizando-o com a agenda para o crescimento do programa de Governo

Nova Economia

1. Incentivar o empreendedorismo, inovação e licenciamento zero
2. Valorizar a imagem e promover a qualidade dos produtos e serviços nacionais
3. Promover o aumento da nossa capacidade exportadora
4. Inclusão de novas apostas estratégicas no sector do Turismo
5. Concretizar uma nova estratégia de aproveitamento dos recursos geológicos
6. Implementação de políticas com vista à promover do desenvolvimento regional e redução das disparidades geográficas
7. Atrair o investimento estrangeiro
8. Definir a política das cidades e regeneração urbana

+ Qualificação e + Produtividade

1. Reforma do mercado de trabalho

Prioridades de actuação 2012

Linhas acção previstas



- Endividamento

Sustentabilidade do sector dos transportes (1/4)

Eixo de actuação

Linhas de acção

Transporte Público
de Passageiros

Fase I: Reestruturação das empresas do SEE com vista ao reequilíbrio operacional das empresa:

- Elaboração de plano de reestruturação do SEE
- Redução de custos com pessoal
- Adequação da oferta à procura
- Impulsão de receitas extra-exploração e revisão do tarifário

Fase II: Alteração do papel do Estado, abrindo à iniciativa privada as actividades de operação e exploração

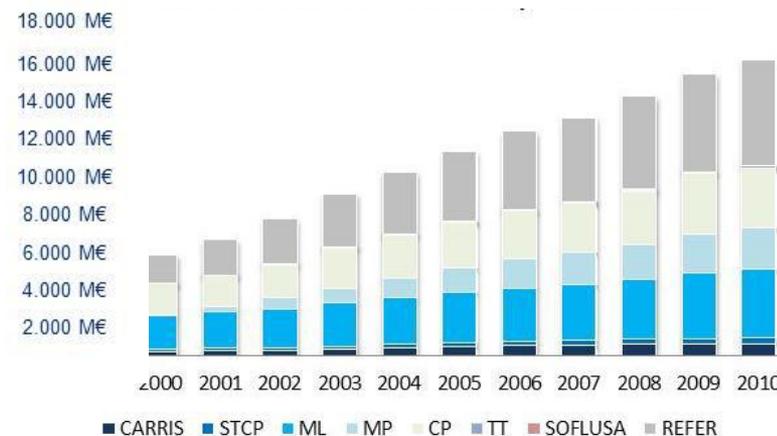
Informação adicional (2010)

- Result.operac. s/ indemniz.compensatórias: - 738,2M€
- Indemnizações compensatórias: 198,3 M€
- Encargos financeiros: 631,3 M€
- Endividamento: 16.700 M€

Oferta e Procura 2010



Endividamento Sector Público de Transportes (2000-2010)





- Endividamento

Sustentabilidade do sector dos transportes (2/4)

Eixo de actuação

Linhas de acção

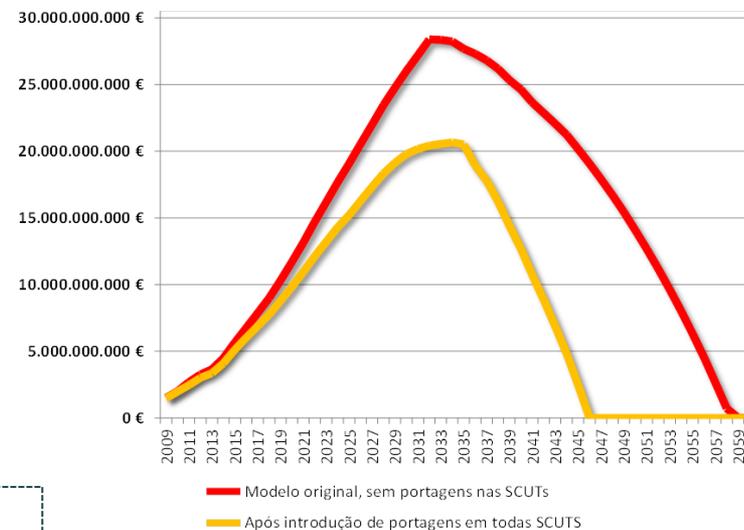
Infra-estruturas Rodoviárias

Execução de medidas estruturais com vista a assegurar a sustentabilidade financeira da empresa Estradas de Portugal:

Infra-estruturas rodoviárias em números: OE2012

- Revisão de contratos de sub-concessão → - Despesa em 1.500 M€
- Introdução de portagens nas concessões ex-SCUT → + Receita em 21.000 M€ (até 2050)
- Contribuição do serviço rodoviário → + Receita 39.000 M€ (até 2050)

Projeção de endividamento de Estradas de Portugal
Sem actualização da CSR





- Endividamento

Sustentabilidade do sector dos transportes (3/4)

Eixo de actuação

Linhas de acção

Transporte Ferroviário

- **Redução do desequilíbrio financeiro, decorrente de estrutura de custos fixos pesada e rígida, através da desactivação de serviços que têm uma alternativa rodoviária viável**
 - Linha de Vendas Novas (apenas passageiros)
 - Linha do Alentejo, entre Beja e Funcheira
 - Linha do Leste (apenas passageiros)
 - Linha do Vouga (passageiros)
 - Linha do Oeste, entre Caldas da Rainha e Figueira da Foz (Passageiros)
 - Linha de Cáceres
 - Linhas do Tua, Tâmega, Corgo e Figueira da Foz

Redução estimada de custos superior a 20M€

Marítimo-Portuário

- **Manutenção do esforço de investimento** por forma a melhorar as condições de competitividade do nosso País, impulsionando as exportações, o crescimento económico sustentável e a criação de emprego
- Implementação de medidas com vista à **revisão do enquadramento regulatório do sector**
- **Revisão do regime do trabalho portuário**

- **Investimento a realizar: 2.500 M€, entre investimento público e privado**

Prioridades de actuação 2012

Linhas acção previstas



- Endividamento

Sustentabilidade do sector dos transportes (4/4)

Eixo de actuação

Linhas de acção

Transporte Aéreo

- Processo de privatização da TAP e da ANA
- Promoção do *hub* de Lisboa
- Execução de medidas de atracção de novas *low cost* para operarem no mercado português

Logística e Mercadorias

- Desenvolvimento de cadeias eficazes de abastecimento e distribuição de mercadorias, bem como a redução dos custos de contexto como instrumento para a fixação e atracção de empresas e desenvolvimento do tecido empresarial:
 - Promoção do transporte ferroviário de mercadorias
 - Privatização da CP Carga
 - Revisão da regulação ferroviária

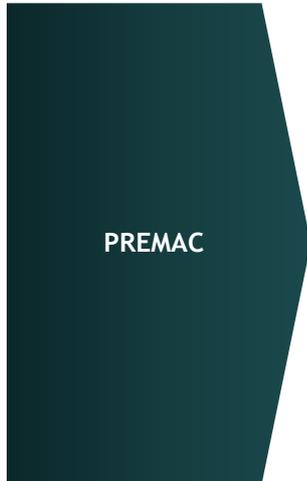


- Endividamento

Reestruturação do Ministério

Eixo de actuação

Linhas de acção



- Definição das funções a exercer directamente pelo MEE
- Reorganização dos organismos alinhando com as funções designadas
 - Optimização da dispersão orgânica e geográfica e consequentes ineficiências
 - Revisão das macro e micro estruturas com respectivos ganhos de eficiência operacional e financeira



Números PREMAC

- Apresentação de proposta de extinção, numa primeira fase, de 24 organismos
- Apresentação de proposta de reorganização interna dos organismos restantes
- Redução de aproximadamente 500 cargos dirigentes, mais de 40% do total MEE



+ Liquidez (1/2)

Eixo de actuação

Linhas de acção

Empréstimo quadro BEI-QREN

- Potenciar a utilização da 2ª tranche do empréstimo BEI (1.050M€), através da sua abertura ao financiamento das empresas que têm operações aprovadas no QREN, procurando:
 - Promover o reforço da competitividade
 - Relançamento da actividade económica
 - Assegurar às empresas o acesso ao financiamento em condições favoráveis

Números BEI-QREN:

- Valor total do empréstimo:
1.500 M€
- 1ª tranche: 450 M€

Melhorar o financiamento de empresas

- Melhorar as condições de financiamento das empresas, através da flexibilização e melhor acessibilidade aos instrumentos de financiamento existentes, da reforma do capital de risco público e estímulo ao capital de risco privado
- Financiamento de empresas viáveis: Avaliação do défice de procura por fontes de financiamento além do crédito tradicional, incluindo uma nova linha de crédito tipo PME Investe, o recurso ao mercado de capitais, fundos de capitalização, recapitalização e reestruturação de empresas



+ Liquidez (2/2)

Eixo de actuação

Linhas de acção

Programas de apoio
à revitalização de
empresas

- Melhorar o enquadramento de empresas operacionalmente viáveis, mas em que a função financeira se encontra fortemente desajustada das condicionantes de mercado e do modelo de negócio contribuindo para a sua recuperação. O programa integra medidas nos seguintes domínios
 - **Legislativo**, nomeadamente no que concerne a processos de insolvência
 - **Reforço dos instrumentos financeiros disponíveis para a capitalização e reestruturação financeira**, convenientemente adaptados às necessidades das empresas em processo de recuperação
 - **Agilização da articulação entre entidades e instrumentos financeiros**, com vista a acelerar os processos e assegurar o êxito das operações

Reprogramação
estratégica do QREN

- Execução dos Programas Operacionais (PO), permitindo o efeito reprodutivo das despesas realizadas, tendo em vista responder aos constrangimentos no financiamento da economia, potenciar a criação de emprego, a redução de disparidades, o investimento e a inovação:
 - Reforço da coerência financeira global das várias políticas públicas
 - Aumento do peso relativo dos incentivos à inovação e à competitividade direccionadas prioritariamente para micro e PME
 - Reprogramação de prioridades no seio dos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão
 - Reforço e simplificação do acesso aos sistemas de incentivos às empresas no PO Factores de Competitividade e nos PO Regionais do Continente



Nova economia

Empreender, inovar e exportar (1/2)

Eixo de actuação

Linhas de acção

Incentivar
empreendedorismo,
inovação e
licenciamento zero

- Criação do programa +Empreendedorismo, +Inovação
 - Simplificação de procedimentos administrativos e licenciamento zero
 - Criar condições mais favoráveis à participação das empresas portuguesas, especialmente PME, nos programas internacionais de I&D
 - Utilização de instrumentos específicos existentes no âmbito do QREN/COMPETE para reforço das competências internas das PME em inovação
 - Reforçar políticas de cooperação empresarial e de *clustering* no âmbito do sistema científico e tecnológico nacional

Valorizar a imagem
e promover a
qualidade dos
produtos e serviços
nacionais

- Lançamento da Iniciativa “Portugal sou eu”:
 - Mobilização para a dinamização de consumo e valorização dos produtos portuguesas
 - Desenvolvimento de um selo de garantia de que um produto é maioritariamente português
 - Desenvolvimento de plataformas (electrónicas e físicas) de entendimento entre empresas/*clusters* na cadeia de valor
 - Dinamização das empresas e institutos públicos para potenciar o consumo de produtos de PME portuguesas

Promover o aumento
da nossa capacidade
exportadora

- Programa + internacionalização:
 - Desenvolvimento, em parceria com o sector privado, de plataformas internacionais com base nos mercados CPLP que permitam estabelecer parcerias com estes mercados com vista ao aumento das exportações para as regiões económicas envolventes
 - Cooperação económica bilateral com parceiros-chave
 - Acelerar processos de internacionalização para PME
 - Criação do “Passaporte para a Exportação”
 - Apoiar clusters, pólos, associações empresariais e cooperação entre empresas



Acesso a mercados de
dimensão relevante:
CPLP: 245 M pessoas
Regiões Económicas:
1.800 M pessoas



Nova economia

Empreender, inovar e exportar (2/2)

Eixo de actuação

Linhas de acção

Turismo

- **Revisão da Estratégia Nacional para o Turismo**
- **Crescimento da procura, de orientação qualitativa**
 - Crescimento nos mercados estratégicos, interno e externos, abordagem dos mercados emergentes e de potencial crescimento, como os de Leste, a China e a Índia, através de uma actuação mais estruturada e inovadora.
 - Abordagem de novos segmentos de procura, nomeadamente o turismo sénior residencial, religioso, de natureza, emigrantes, ou saúde, garantindo o incremento do grau de satisfação dos turistas
 - Garantia do respeito por princípios de sustentabilidade.
- **Promoção mais assertiva, com forte desenvolvimento dos canais online e concentração de investimento nos eventos de grande projecção internacional.** Uma mais eficaz articulação entre promoção e comercialização.



Afirmação da Marca
Destino Portugal e das
marcas regionais

Recursos geológicos

- **Definição de um plano de aproveitamento dos recursos geológicos, com vista à dinamização e revitalização do sector**
 - Definir soluções adaptadas ao modelo de funcionamento do sector e papel do Estado, nomeadamente ao nível do financiamento nas diferentes fases do processo (Prospecção, pesquisa e exploração)
 - Plano de implementação do modelo
 - Análise da situação actual e potencial identificado
- **Renegociação dos contratos de exploração de recursos geológicos, na defesa do interesse público, renegociar as condições actuais inserindo cláusulas de pagamento de royalties em condições semelhantes às dos novos contratos**
- **Aumentar a viabilização e assinatura de contratos de prospecção e pesquisa e de exploração dos recursos geológicos e do *deep offshore***

Prioridades de actuação 2012

Linhas acção previstas



Nova Economia Desenvolver

Eixo de actuação

Linhas de acção

Atrair o investimento estrangeiro

- **Implementação da iniciativa + Investimento**, a nossa capacidade de atrair capital estrangeiro é crítica para o crescimento económico e desenvolvimento do País:
 - Desenvolver programa de acção pró-activa de captação de investimento estrangeiro, através das missões diplomáticas de Portugal no exterior
 - Acompanhamento de projectos de investimento existentes em sectores exportadores e com elevada incorporação de valor em Portugal
 - Criação de Via rápida para investimentos
 - Melhorar o ambiente de negócios segundo as melhores práticas internacionais, através da redução de custos de contexto e revisão da legislação relevante para projectos de investimento

Promover o desenvolvimento regional

- **Promover uma política de valorização do território** e das suas potencialidades
- Estabelecer medidas para aumentar a racionalidade, a coerência e a eficácia das políticas públicas orientadas para o **desenvolvimento regional**
- Facilitar a **regeneração e o fortalecimento do tecido empresarial numa perspectiva regional**, nomeadamente através do apoio ao desenvolvimento de *clusters* e da captação de investimentos estruturantes

Política das cidades e regeneração urbana

- **Instrumento de engenharia financeira** de adopção voluntária no actual ciclo de programação dos fundos estruturais **destinado ao investimento em desenvolvimento urbano sustentável (Programa Jessica)**
- **Instrumento de apoio com uma filosofia nova**, não de fundo perdido, mas de financiamento aos projectos que terão que apresentar retorno

→ Capacidade de alavancar até 1.000M€ de investimento



Nova Economia

Concretizar uma nova estratégia e redefinição da política energética

Eixo de actuação

Linhas de acção

Liberalização dos mercados de gás, electricidade e biocombustíveis

- Promover a competitividade, transparência de preços e funcionamento eficiente dos mercados:
 - Extinção de tarifas reguladas e promover a entrada de novos *players*
 - Criação da tarifa social no gás natural
 - Criação do apoio social Extraordinário ao consumidor de energia
 - Abrir mercado de biocombustíveis a *players* internacionais

Produção de energia

- Promover a competitividade da economia e a sustentabilidade para as famílias:
 - Rever o Plano Nacional de Acção para as energias renováveis
 - Definir o novo modelo de remuneração de renováveis
 - Implementar medidas com vista a combater o défice tarifário

Eficiência energética

- Promover a convergência com a Europa no que concerne eficiência energética
 - Revisão do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética
 - Operacionalizar o fundo de eficiência energética
 - Diferenciar positivamente os equipamentos mais eficientes
 - Estudo do potencial estratégico para a economia portuguesa de ter edifícios com impacto zero em 2020
 - Rever sistema de incentivos de eficiência energética à indústria

Visão para 2020

Energia ao serviço da economia e das famílias, garantindo sustentabilidade de preços

Alcançar objectivo de Eficiência Energética de 25% a 2020

Cumprir metas europeias 2020:
Renováveis (-31%),
Renováveis nos transportes (-10%) e
Emissões de CO2 (-20%)

Reduzir a dependência energética para 60% e ter segurança no abastecimento

Mercados energéticos liberalizados, competitivos e sustentáveis

Prioridades de actuação 2012

Linhas acção previstas



+ Qualificação e + Produtividade

Reforma do mercado laboral

Eixo de actuação

Linhas de acção

Reforma da legislação laboral

- Incrementar a flexibilidade da legislação laboral
- Aumento excepcional do tempo de trabalho (30 min.) como instrumento para potenciar a competitividade
- Criação do fundo de compensação do trabalho, com vista a assegurar o pagamento parcial das compensações por cessação do contrato de trabalho
- Alinhamento do nível das compensações por cessação do contrato de trabalho com a média da EU

Políticas activas de emprego

- O relançamento dos centros de emprego inclui um conjunto vasto de medidas, entre as quais se destaca acompanhar de forma personalizada os trabalhadores desempregados, redimensionar e reorganizar a rede de centros de emprego
- Incentivo à contratação e aumento de empregabilidade dos desempregados de média e longa duração
- Apoio financeiro à criação líquida de emprego

Programa Estímulo 2012

+1 IAS por cada mês de duração do contrato (max.6)

Formação e ensino profissionais

- Em conjunto com MEC, criar a Agência Nacional de Qualificação e Ensino Profissional, com uma clara aposta no Ensino Profissional
- Disponibilização de opções de formação que envolvam uma maior proximidade com o mercado de trabalho, o que implica desinvestimento em algumas dimensões da iniciativa novas oportunidades, nomeadamente, nos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências
- Alocação de fundos comunitários no âmbito do programa POPH, nomeadamente a canalização 56 M€ do POPH para formação de empresários

- Já estão alocados 673M€ para 2012 (qualificação de jovens, Bolsas de acção social para ensino superior, doutoramentos e pós-doutoramento e Inclusão de públicos desfavorecidos e apoio a equipamentos sociais)
- Novos concursos a iniciar em 2012: 514 M€

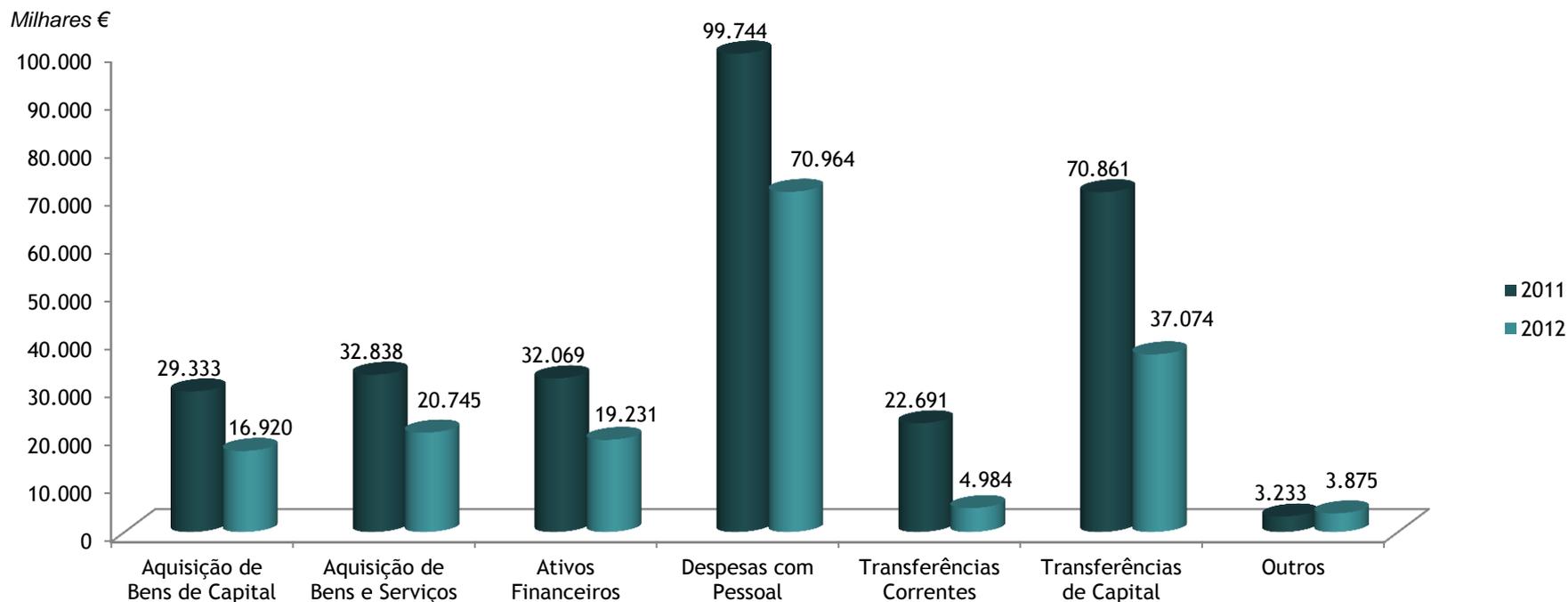
OE 2012 em grandes números

O Orçamento do MEE, via **Receitas Gerais do Estado**, regista em 2012 um decréscimo de 40% face ao Orçamento aprovado em 2011

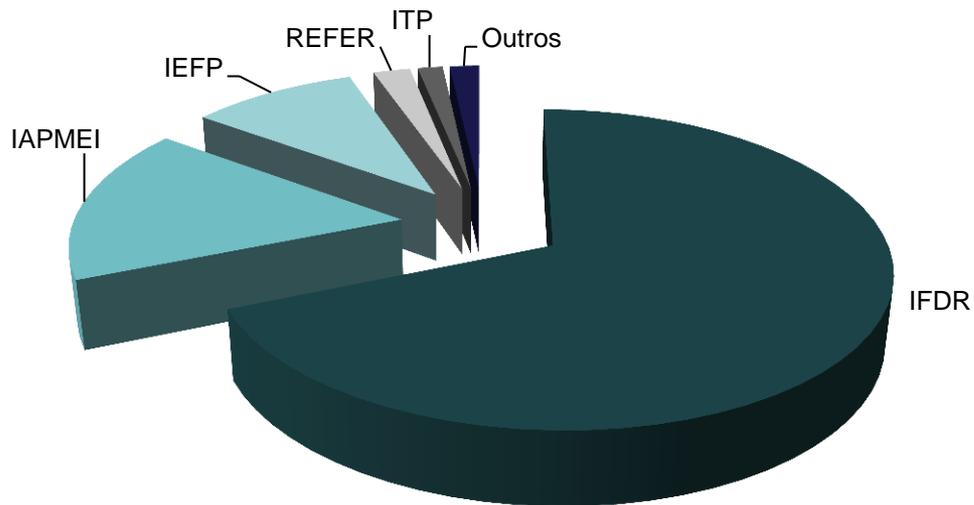
Receitas Gerais do Estado	2011	2012	Variação % (2011-2012)
<i>Serviços Integrados</i>			
Despesas de Funcionamento	94.117.292	62.960.728	-33%
Investimentos do Plano	53.779.129	31.923.094	-41%
Total Serviços Integrados	147.896.421	94.883.822	-36%
<i>Serviços e Fundos Autónomos</i>			
Despesas de Funcionamento	35.762.911	23.957.429	-33%
Investimentos do Plano	107.110.111	54.951.260	-49%
Total Serviços e Fundos Autónomos	142.873.022	78.908.689	-45%
Total Receitas Gerais do Estado	290.769.443	173.792.511	-40%

As Despesas com Pessoal representam a maior fatia de Despesa do MEE, sendo importante salientar que se verifica um decréscimo de aproximadamente de 29% face ao Orçamento do ano anterior.

Evolução das componentes de despesa 2011 -2012



Apesar da contenção orçamental de 2012, o MEE consegue assegurar, para os seus Organismos, um financiamento da União Europeia (EU) de aproximadamente **3,9 mil milhões de euros**.



- 69% da alocação de Fundos Comunitários é afectada aos Programas Operacionais

Entre as empresas públicas reclassificadas, em 2012, na área das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, encontram-se as Estradas de Portugal, REFER, Metro de Lisboa e Metro do Porto.

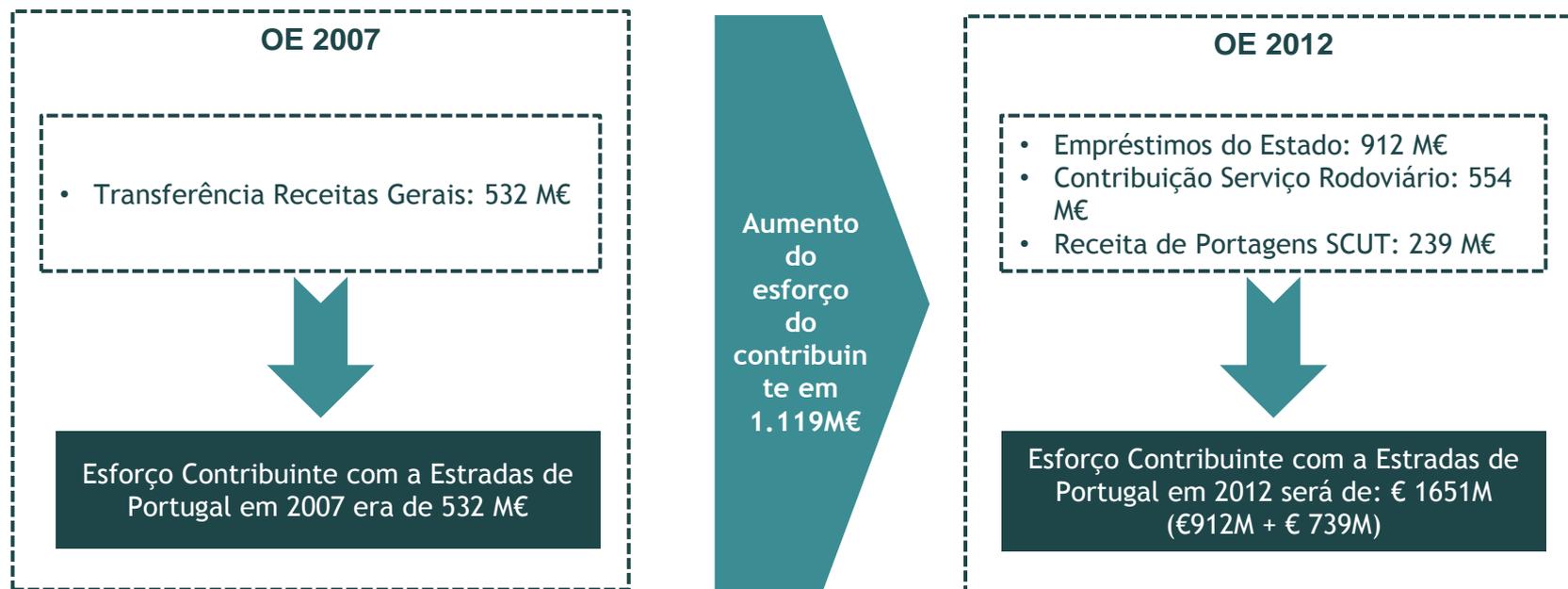
As Estradas de Portugal, em 2008, saíram do perímetro orçamental do Estado. Em seguida apresenta-se a evolução do endividamento ao longo dos últimos anos.

Estradas de Portugal - 2007

- Endividamento: € 584M
- Fluxo Actividades Operacionais: - € 0,288M
- Fluxo Actividades de Investimento: - € 397M
- Contribuição Serviço Rodoviário: € 0
- Transferência do Estado (Receitas Gerais):
 - Funcionamento: € 55,267M
 - Investimento: € 477,721M
- Empréstimos do Estado: € 0
 - Funcionamento: € 0
 - Investimento: € 0

Estradas de Portugal - 2012

- Endividamento: € 3 150M
- Fluxo Actividades Operacionais⁽¹⁾: € 402M
- Fluxo Actividades de Investimento: - € 855M
- Contribuição Serviço Rodoviário: € 554M
- Transferência do Estado (Receitas Gerais):
 - Funcionamento: € 0
 - Investimento: € 0
- Empréstimos do Estado: € 912M
 - Funcionamento: € 375M
 - Investimento: € 537M



Orçamento de Estado 2012

9. Empresas Públicas Reclassificadas



Nos quadros abaixo podemos identificar a evolução do Endividamento das três empresas públicas reclassificadas, REFER, Metro de Lisboa, e Metro do Porto.

2005

Metro de Lisboa

- Endividamento: € 2 873M
- Empréstimos do Estado: € 0

Metro do Porto

- Endividamento: € 1394M
- Empréstimos do Estado: € 0

REFER

- Endividamento: €3 976€
- Empréstimos do Estado: € 0

Nota: não inclui indemnizações compensatórias

2012

Metro de Lisboa

- Endividamento: € 4 105M
- Empréstimos do Estado: € 663M

Metro do Porto

- Endividamento: € 3 729M
- Empréstimos do Estado: € 309

REFER

- Endividamento: €6 987M
- Empréstimos do Estado: € 650M

Nota: não inclui indemnizações compensatórias